HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

ACESSIBILIDADE E APOIO PEDAGÓGICO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS ESTADUAIS DE DOURADOS - MS

ACCESSIBILITY AND PEDAGOGICAL SUPPORT IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES: A STUDY IN STATE SCHOOLS IN DOURADOS – MS

Ana Lídia Pareja SONNI[1]
Adriana VALADÃO[2]
Alex Basílio da SILVA[3]

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo verificar a acessibilidade e apoio pedagógico para a prática das aulas de Educação Física por alunos com necessidades especiais em escolas estaduais de Dourados – MS. O processo de inclusão escolar ainda perpassa por muitos desafios e dificuldades, uma vez que as escolas ainda não se encontram preparadas para enfrentar todas as barreiras sociais e pedagógicas existentes. Neste estudo, foram analisados 13 questionários provenientes dos Relatórios de Estágio da disciplina de Estágio Supervisionado II, realizados em 2018 pelos alunos do curso de Educação Física do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Dentre os resultados obtidos, observou-se a falta de espaços arquitetônicos para atender adequadamente os alunos com necessidades especiais, falta de capacitação profissional e ausência de apoio pedagógico específico para a prática das aulas de educação física.
Palavras-chave: Acessibilidade. Apoio pedagógico. Educação Física.

Abstract: The goal of this research is to scrutinize the accessibility and pedagogical support for Physical Education classes with students with special needs in state schools in Dourados, MS. Inclusive education still suffers with many challenges and difficulties, given the schools are not yet prepared to face all existing social and pedagogical barrriers. In this study, thirteen questionnaires, answered in 2018 by students in their Internship Report for the Supervised Internship II discipline at the Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN, were analyzed. A lack of adequate facilities to provide a proper environment for students with special needs, meager professional training, and the absence of specialized pedagogical support during Physical Education classes were observed among the obtained results.
Keywords: Accessibility. Pedagogical support. Physical education.

[1] Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) ana.lidiapareja@gmail.com
[2] Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) adrianavaladao01@gmail.com
[3] Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) alex.basilio@unigran.br

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Introdução

O entendimento básico do que vem a ser a acessibilidade está na condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, meios de comunicação e informação, para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Gasparoto e Alpino (2012) destacam que a ausência de adaptações ambientais apropriadas é razão da falta de acessibilidade. Dessa maneira, entende-se que todos os espaços que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações, devem atender as pessoas com deficiência, garantindo sua proteção e acesso de forma apropriada.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, inciso II, estabelece normas de proteção às pessoas com deficiência, atribuindo competência comum à União, estados, Distrito Federal e municípios no que diz respeito à proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, estabelece que a lei disporá sobre normas de construção e adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência (BRASIL 1988, art. 244 e art. 227 § 2º). Apesar de já existirem avanços políticos quanto a isso, muitos ainda estão em desenvolvimento, procurando alunos com necessidades especiais, utilizando as diversas áreas do conhecimento para que se assegure um resultado satisfatório quanto a acessibilidade, principalmente, no contexto social (GUERREIRO, 2012).

Ao analisar o processo de acessibilidade nas escolas, percebem-se ainda os muitos desafios enfrentados pela falta de estrutura (FIERGENBAUM, 2009); fato que impede os alunos de exercerem os direitos escritos na Constituição Federal de 1988, a qual determina que "todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à oportunidade" (BRASIL, 1988, art. 5).

O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014 - 2024) possui como uma de suas metas universalizar o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado com a garantia de um sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014). Entretanto, de acordo com Souza (2017) existe uma lacuna na formação dos professores no conhecimento das

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

políticas públicas a respeito da inclusão, da acessibilidade e na falta de estrutura física nas escolas para que seja possível utilizar de espaços e promover uma interação efetiva dos alunos com necessidades especiais.

A fim de auxiliar a inclusão na educação, tem-se no apoio pedagógico uma ferramenta que auxilia alunos com dificuldades no processo de escolarização, visando a universalização e o acesso a educação em quaisquer um dos seus níveis (IRACEMA; MACHADO; SCHULZ, 2016).

A instituição de ensino deve estar pronta para receber o aluno com necessidades especiais. Isso compreende não só a adaptação dos espaços físicos da instituição, como também a habilitação e capacitação de profissionais para que a inclusão no contexto educacional aconteça naturalmente. É possível encontrar respaldo na legislação desde a elaboração da Constituição brasileira de 1988 que assegura o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988, art. 208).

Mesmo com a legislação que ampara a presença de um professor de apoio nas aulas, essa temática não é muito discutida. Isso ocorre ao passo que os professores não estão preparados para incluir o aluno com necessidades especiais de forma efetiva nas aulas de educação física, buscando apenas situações que não fujam de seu costume e controle. Diante disso, existe a necessidade de capacitação profissional concreta para que os professores sejam capazes de promover uma educação especial, perpassando os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira e atender os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014).

Acredita-se que, em qualquer etapa da Educação Básica, são precárias as condições de acessibilidade e os professores não contam com apoio pedagógico para que os alunos possam frequentar as aulas. Dessa forma, para melhor compreensão dos fatores que influenciam na inclusão e a adaptação dos alunos com necessidades especiais para frequentar as aulas, esta pesquisa objetivou identificar e analisar a acessibilidade e o apoio pedagógico para os alunos com necessidades especiais na prática das aulas de educação física em escolas estaduais de Dourados – MS.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Inclusão escolar

A inclusão tornou-se perceptível a partir de 1980 nos países desenvolvidos. Em âmbito nacional, somente a partir da Constituição Federal (1988) que o número de pesquisas e estudos nessa área começaram a crescer (AGUIAR; DUARTE, 2005). Para Cardoso (2003) a inclusão na escola regular é um dos grandes problemas do século XXI. A falta de uma percepção social mais humana diante das diferenças, traz consigo uma visão categórica a respeito das necessidades especiais, inferindo no comportamento e no relacionamento entre indivíduos inclusos ou não.

O foco é permitir que os alunos com ou sem deficiência aprendam a se relacionar sem nenhuma barreira social ou física (ALVES et al., 2017). Contudo, não é isso que ocorre na realidade. Em 2007 foi criada uma comissão pela Portaria Ministerial n. 555 com o intuito de desenvolver uma política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva. De acordo com Neves e Oliveira (2012) os dados levantados pela equipe demonstram que das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela educação especial, 23% possuíam sanitários com acessibilidade; 16% registraram ter dependências e vias adequadas e o índice de acessibilidade dos prédios é de apenas 12%. Fato que resulta em maiores dificuldades no processo de inclusão e na construção de estratégias que possibilitem a participação dos alunos com deficiência nas aulas de educação física.

A inclusão social pode ser entendida como a capacidade de se ver no outro, de aceitação, de compartilhar experiências com diferentes pessoas. Portanto, o intuito é que todos participem da vida em sociedade, a qual deverá adequar-se e adaptar-se aos particulares de todos e em todas as áreas sociais (SASSAKI, 1999). A respeito da organização pedagógica, Chaves (2006, p. 25) explica que a educação especial deve direcionar:

> [...] suas ações para o atendimento as especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Frias e Menezes (2008) afirmam como é desafiador fazer com que a inclusão ocorra sem que se percam as oportunidades e aconteça o avanço na aprendizagem; assim como o

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

desenvolvimento integral do aluno com necessidades especiais. O movimento de inclusão de alunos com deficiência tem ocorrido desde 1996 por meio da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) n. 9394 ressaltando que: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996, art. 2º). Porém, ainda não havia apoio que promovesse reais mudanças, fato que se confirmou com a fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que já em suas primeiras conferências apontou a necessidade de maiores esforços para atender aqueles que têm necessidades especiais (MAZZARINO et al., 2011).

Segundo Reis Silva, Sousa e Vidal (2008) apesar das mudanças provenientes da legislação, a inclusão escolar se encontra em um contexto de descaso por parte das políticas públicas, mantendo a situação inalterada. O autor afirma que:

> Infelizmente, pelo fato de estas leis serem indicativas [...] passam-se as décadas, mudam-se os nomes (normalização, integração e/ou inclusão) e a grande maioria das crianças com necessidades especiais (cerca de 90%) continuam excluídas da escola e, desta forma, são impedidas de ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade e das benesses advindas deste (p.127).

Além das legislações não surtirem os efeitos esperados, Gorgatti (2008) esclarece que ocorrem também algumas dificuldades vivenciadas pelos professores de educação física que dizem não possuírem conhecimentos suficientes, material adequado e falta de experiência com alunos com deficiência. Apontam que se sentem sem condições de trabalhar com alunos com deficiências físicas e mentais no momento da aula, e acabam designando poucas atividades voltadas para a prática de atividades físicas ou excluindo estes alunos da aula (ALVES et al., 2017).

Acessibilidade no ambiente escolar

A palavra acessibilidade deriva do latim *accessibilitate* e significa a qualidade de ser acessível ou facilitar o acesso a alguma coisa. De acordo com as Normas Técnicas Brasileiras

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

de Acessibilidade (ABNT/NBR – 9050/2004), “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Em suma, possui embasamento no desenho universal que visa à criação de ambientes livres de barreiras e de fácil utilização, por qualquer tipo de pessoa (CLAYTON, 2017).

Gasparoto e Alpino (2012) destacam que a ausência de adaptações ambientais apropriadas é a razão da falta de acessibilidade. Dessa maneira, entende-se que todos os espaços, que vierem a ser projetados, construídos, implantados, reformados e ampliados, devem atender ao exposto nesta norma para serem considerados accessíveis. Conforme determina o Decreto n. 5.296/04, acessibilidade se relaciona a condição da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida para utilizar os mobiliários, equipamentos e espaços com segurança e autonomia; bem como para utilização dos serviços de transporte, dos meios de comunicação e informação (BRASIL, 2004).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, inciso II, estabelece normas de proteção às pessoas com deficiência, atribuindo competência comum à União, estados, Distrito Federal e municípios no que diz respeito à proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, estabelece que a lei disporá sobre normas de construção e adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência (BRASIL, 1988, art. 227, § 2º; art. 244).

Contribuindo para que o acesso previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) seja garantido, o Decreto 7.611/11 assegura que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro para a adequação arquitetônica de prédios escolares, elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade, visando prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos estudantes com necessidades especiais (BRASIL, 2011).

Em 2000 foi regulamentada a Lei n. 10.098 que trata da acessibilidade ao meio físico e aos sistemas de transporte e meios de comunicação. Tal lei reafirma um passo decisivo para a inclusão de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida nas várias esferas da vida humana, incluindo escola, serviços de saúde, mercado de trabalho, lazer, turismo e acesso à cultura.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Corrêa e Manzini (2012) apontam como comprometimento a presença de barreiras arquitetônicas que, na maioria das vezes, foram construídas em épocas não muito recentes, quando o paradigma da inclusão não era concebido pela arquitetura dos edifícios públicos e não se considerava a presença de pessoas com deficiências na participação social. Essa condição de precariedade do atendimento oferecido a alunos com deficiência, causou um descompasso na política de educação inclusiva (BEZERRA; ARAUJO, 2011). Em relação a infraestrutura para pessoas com deficiência nas escolas, Almeida (2012) realizou um estudo e mostrou que 22 escolas públicas das 23 analisadas, apresentaram interesse em remover barreiras arquitetônicas, porém as modificações são apenas mencionadas em planos de ação.

Apesar dos esforços de pesquisadores e divulgação das necessidades de adaptações do acesso nas escolas e nas ruas, dá-se, ainda, pouca importância a parcela da sociedade brasileira que possui alguma deficiência física.

Apoio pedagógico nas aulas de educação física

Para compreender melhor quais adaptações são requeridas tanto no contexto da infraestrutura quanto no apoio pedagógico é importante que se conceitue a deficiência física como diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas (BRASIL, 2004). Segundo a Lei n.10.690 de 16 de junho de 2003 são aquelas pessoas que possuem a incapacidade de desempenho de alguma atividade, podendo ser classificados como: deficiência física, auditiva, visual ou mental.

Menezes e Frias (2008) afirmam que a instituição de ensino deve estar pronta para receber o aluno com deficiência. Isso compreende não só a adaptação do espaço arquitetônico da instituição, como também a habilitação e capacitação de profissionais para que a inclusão no contexto educacional aconteça naturalmente. Assim, questiona-se: quais as condições escolares para a inclusão destes alunos nas aulas de educação física? Existe a presença de um professor de apoio acompanhando o aluno com necessidades especiais em tempo integral?

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece metas que visam a redução da desigualdade, sendo o atendimento educacional especializado em todas as redes de ensino

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

da educação básica, a forma pela qual se pode garantir um sistema educacional inclusivo, com salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

Conforme Dalavalle (2013) a educação física tem evoluído desde o final do século XIX e vem aos poucos melhorando a prática pedagógica, a fim de suprir as necessidades de pessoas com deficiências. No entanto, existe ainda um desafio a ser vencido pela escola quando se trata da prática das aulas de educação física, pois para promover a integração, a socialização e o desenvolvimento corporal, é necessário um processo mais inclusivo que exige um apoio pedagógico para alunos com necessidades especiais.

A respeito de aulas inclusivas ou adaptadas Duarte e Werner esclarecem que (2005):

> [...] é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (p. 9).

Porém, a utilização de um professor de apoio não é muito discutida. Isso ocorre pelo fato dos professores não estarem preparados para inserir o aluno com deficiências de forma efetiva nas aulas de educação física, buscando ocasionalmente apenas situações que não fujam de seu costume e controle (OLIVERIA et al., 2012).

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, foi feito um estudo documental que segundo Cellard (2008) favorece a observação do processo de evolução dos dados, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Além de buscar a identificação de informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

A análise dos dados documentais foi realizada por meio da pesquisa quantitativa e qualitativa por apresentarem tanto dados numéricos, quanto características que objetivam compreender particularidades e os fenômenos do tema pesquisado. Foi adotada uma revisão de literatura do tipo “sistemática”, pois de acordo com Mancini e Sampaio (2007) esta modalidade

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

de trabalho busca nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental a partir dos 50 relatórios de estágios supervisionados que foram elaborados em 2018 pelos alunos da disciplina de Estágio Supervisionado II que estavam matriculados no curso de Educação Física – Licenciatura, do Centro Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN) como requisito para conclusão do curso.

Constam nesses relatórios um questionário que é uma exigência da lei n.11.778, art. 7º, inciso II, que avalia "as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando" (BRASIL, 2008). Por ser este, um procedimento didático necessário para realização do estágio supervisionado, optou-se pela não identificação das escolas.

Dentre os 50 relatórios, 13 foram analisados e 37 descartados. Os critérios de inclusão foram: ser uma escola da rede pública estadual e estar situada no município de Dourados – MS, *locus* desta pesquisa. Os fatores de exclusão foram: ser uma escola da rede municipal; ser uma escola privada; estar situada em outros municípios do MS que não fosse no município de Dourados; e quando dois ou mais alunos realizaram seus estágios em uma mesma escola. Neste caso, se considerou apenas um dos questionários.

O questionário contém 14 questões, das quais 12 perguntas se restringiam às respostas de "sim" ou "não" e as duas restantes são dissertativas. As 6 primeiras abordam em seus conteúdos dados sobre a quantidade de alunos com necessidades especiais, capacitação dos professores, desafios e a presença de profissionais especializados em atender estes alunos. Possui 4 questões que abordam sobre a disposição de materiais adaptados, infraestrutura e apoio necessário para a prática de suas aulas e mais 4 questões sobre infraestrutura e vias de acessos na escola.

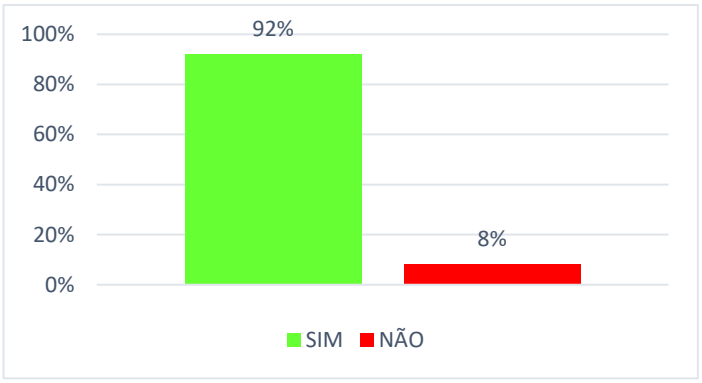
Resultados e discussão

Quanto a acessibilidade, o Gráfico 1 demonstra que 8% das escolas pesquisadas não tinham alunos com necessidades especiais; 92% trabalham com alunos com algum tipo

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

deficiência, dentre elas: alunos cadeirantes, cegos, autistas, deficiência motora, deficiência intelectual, surdos, síndrome de *down,* e por último, alunos com membros amputados.

Gráfico 1 – Quantitativo das escolas que possuem ou não alunos com necessidades especiais.

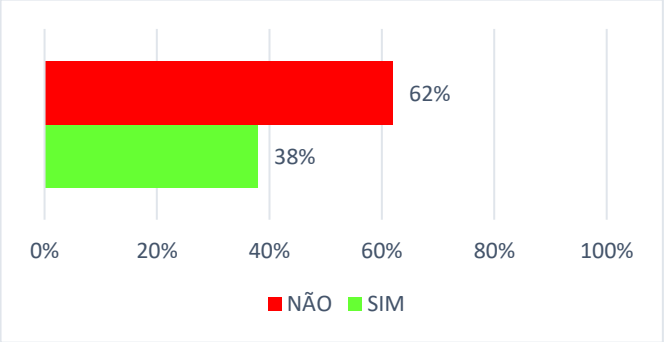


Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina de Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (2018).

Em se tratando da formação profissional promovida pela escola com o objetivo de auxiliar na promoção da inclusão e participação dos alunos na prática das aulas de atividades físicas, Oliveira et al. (2012) esclarecem que dos 14 professores analisados em sua pesquisa, 70% dos entrevistados não tiveram em sua formação acesso ao ensino para lidar com alunos com necessidades especiais. Aproximando-se deste estudo, dentre as 13 escolas analisadas nesta pesquisa, foi evidenciado, conforme demonstra o Gráfico 2, que 62% dos professores não passaram por uma formação específica e 38% tiveram formação para trabalhar com pessoas com necessidades especiais.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Gráfico 2 – Percentual de professores que tiveram alguma formação para realizar o atendimento de alunos com necessidades especiais



Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina de Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (2018).

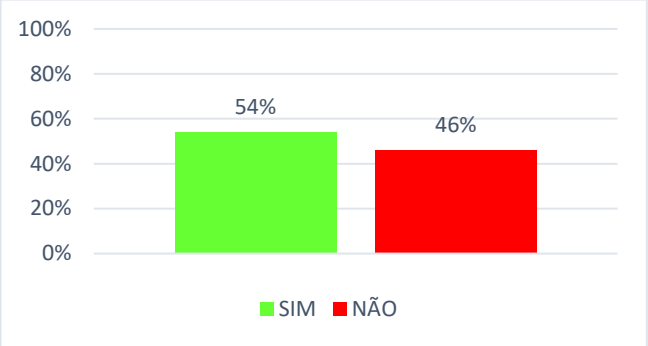
Mittler (2003) acredita que este problema ocorra devido há poucas oportunidades de capacitação decorrente da falta de preocupação com educação especial e por ser uma vertente relativamente recente e sem estrutura. Em concordância com esta ideia, Medeiros (2017) mostrou em seu estudo que 64% dos professores pesquisados não possuem formação extracurricular e que 24% dos participantes não se sentem habilitados para ministrar aulas para os alunos com deficiência.

Quanto a existência de materiais adaptados para a realização das aulas de educação física, tiveram 31% de respostas negativas. Sobre as práticas corporais, os professores de educação física foram indagados se eram ministradas vivências e jogos adaptativos e 30% dos professores disseram que não realizam atividades adaptadas para os alunos com necessidades especiais.

Em relação ao apoio pedagógico, observou-se que 46% das escolas não possuem profissionais com habilidades para serem intérpretes de escrita de Braille ou da linguagem de sinais na escola (Gráfico 3). E assim, de acordo com Ulina e Mól (2017) podemos considerar que os professores acabam por não promoverem processos de inclusão eficientes devido à fatores como a falta de conhecimento sobre inclusão, falta de livros didáticos em Braille e materiais.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

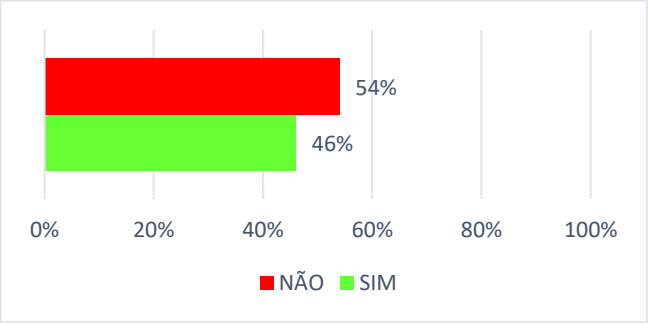
Gráfico 3 – Existência de profissional interprete de escrita de braile ou da linguagem de sinais na instituição



Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina de Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

Quanto a presença de apoio para alunos com deficiência visual e auditiva presentes em todas as disciplinas, 46% dos professores alegaram ter esse apoio, conforme demonstra o Gráfico 4. Consoante com estas dificuldades, Ribeiro (2017) afirma que o desenvolvimento educacional dos alunos com deficiências físicas, principalmente as visuais, ainda é muito problemática, pois os professores não conseguem dar o suporte pedagógico durante a aula.

Gráfico 4 – Presença de poio para os alunos com deficiência visual e auditiva nas aulas em todas as disciplinas



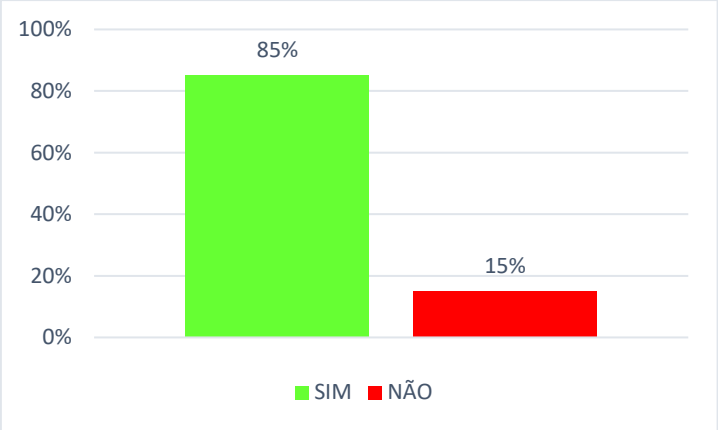
Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

Da mesma forma, procurou-se descobrir se durante a prática das aulas de educação física o professor possui auxílio de outro profissional para atender os alunos com necessidades especiais; 46 % dos professores responderam que não há a presença desse apoio.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

A infraestrutura presente nas escolas públicas quanto ao acesso, locais adaptados e espaços reservados, foi avaliada de acordo com elementos arquitetônicos que se relacionam e organizam-se em rotas de acesso por meio dos quais os alunos se conduzem, durante as atividades escolares (CORRÊA, 2010). Foi observado em Dourados que 85% das escolas estaduais possuem áreas de fácil circulação para pessoas com necessidades especiais frequentarem a aula de educação física (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Acessibilidade aos locais destinados às aulas de educação física para pessoas com necessidades especiais



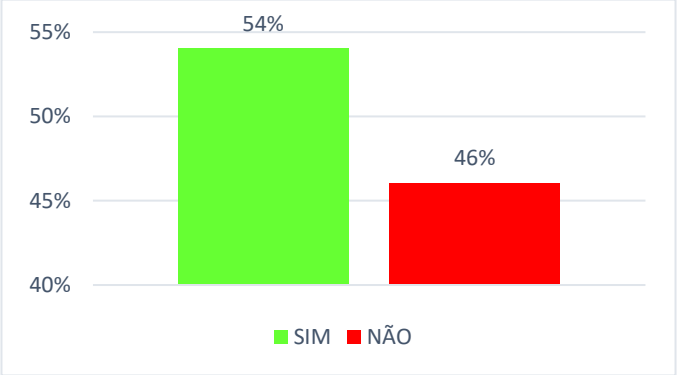
Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

Sobre os estacionamentos foi questionado se havia vias de acesso e vagas reservadas devidamente sinalizadas para facilitar a locomoção e trânsito de pessoas com necessidades especiais; o resultado foi que em 33% das escolas não haviam vias de acesso e vagas reservadas.

Outro aspecto abordado foi se os banheiros eram adaptados ou não, possibilitando uma utilização acessível; 54% responderam positivamente (Gráfico 6).

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Gráfico 6 – Presença de banheiros adaptados de maneira que possa ser utilizados por pessoas com necessidades especiais

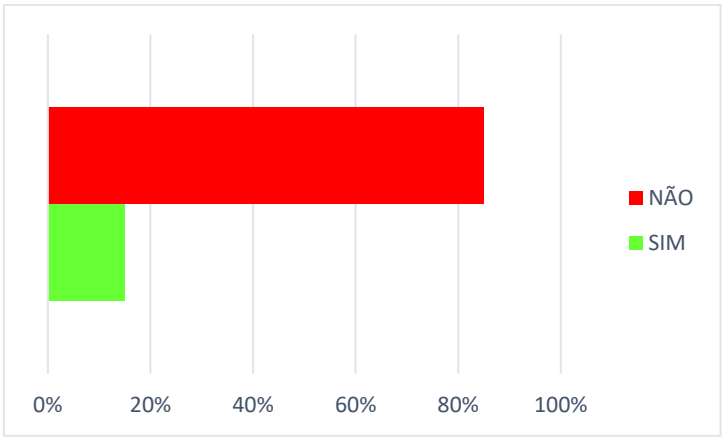


Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

Entretanto, de acordo com Lopes e Capellini (2015) o que ocorre na maioria das escolas é que apesar de ter um banheiro feminino e um masculino destinados a alunos que fazem uso de cadeira de rodas, a distância das barras em relação ao vaso sanitário não atende aos padrões.

Por mais que exista o dever da livre mobilidade e locomoção de pessoas com necessidades especiais em qualquer lugar, conforme previsto no Decreto n. 5.296 de 2004, o Gráfico 7 evidencia que 85% das escolas não possuem local especifico destinado a alunos que utilizam cadeiras de rodas.

Gráfico 7 – Salas com espaços para cadeirantes.



Fonte: elaborado pelos autores de acordo com os dados dos relatórios da disciplina Estágio Supervisionado II de alunos da Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

Em se tratando da existência de salas estruturalmente preparadas para alunos com deficiência, 15% apresentam esta acessibilidade. Este é um recurso capaz de promover uma melhor comunicação entre aluno e professor, maior adesão e motivação, culminando em otimizar o desempenho dos alunos que precisam deste tipo de auxílio.

Considerações finais

É inegável a evolução da acessibilidade após a implantação de novas legislações a favor da inclusão, levando a um aumento de 90% na entrada de alunos com deficiência no ensino regular na última década (FERREIRA; VICENTI, 2006). Porém, muitos aspectos ainda ficam a desejar quando se trata das barreiras arquitetônicas, busca pela inclusão de forma global e incentivo a acessibilidade em todas suas possibilidades.

Discorrendo sobre a infraestrutura, percebe-se uma limitação nas escolas públicas da rede estadual de Dourados -MS quanto à acessibilidade. Da mesma forma, ficou evidenciado neste estudo que a maioria das escolas não tem professores intérpretes da escrita Braille, bem como não são todos os professores que possuem apoio nas aulas de educação física, deixando evidente a necessidade de formação inicial e continuada em educação especial para os professores, novas políticas públicas visando estabelecer um padrão estrutural e de apoio aos alunos durante as aulas de educação física, assim como se tem em outras disciplinas.

Convém salientar que a sociedade atual passa por um momento de conscientização quanto a importância da necessidade de inclusão e participação integral de alunos com necessidades especiais nas escolas e, de forma mais específica, nas aulas de educação física. Entretanto, para que ocorra a inclusão é preciso que se leve em consideração uma ruptura com o modelo antigo de didática, estruturação e planejamento das aulas de educação física, a fim de que seja algo comum possuir apoios e acessibilidade adequada em todas as disciplinas e projetos do ensino (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Em suma, observa-se a necessidade de políticas educacionais para que as pessoas com necessidades especiais tenham seus direitos fundamentais de educação assegurados. Sem o desenvolvimento de táticas de promoção da inclusão, da participação e do auxílio durante a

prática das aulas de educação física, os alunos com necessidades especiais não atingirão um desenvolvimento esperado dentro da escola, resultando assim, na privação do convívio social.

Referências

ALVES, M. L. et al. Physical Education Classes and inclusion of children with disability: Brazilian teacher`s perspectives. *Revista Movimento de Educação Física***,** v. 23, n. 4, out. / dez. 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/66851-329302-1-PB.pdf> Acesso em: 20 mai. 2020.

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 02, p. 233-240, maio/ ago., 2005. Disponível em: <https://abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista11numero2pdf/v11n2a4.pdf. > Acesso em: 25 abr. 2020.

ABNT NBR. *Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos*. 2004. Disponível em: <file:///Users/user2/Downloads/norma-abnt-NBR-9050.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

ALMEIDA, I. M. S. *Acessibilidade física das escolas públicas:* um problema de gestão. Dissertação de Especialização. Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista no Curso de Gestão Pública Municipal. Curitiba, 2012.

BEZERRA, G. F.; ARAUJO, D. A. de C. Back to the stick's curvature theory: intellectual disabilities in inclusive school. *Revista Educação,* Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a13v27n2.pdf> Acesso em 21 mai. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 05 out. 1988.

BRASIL. *Decreto n. 5.296*. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n° 555/2007, prorrogada pela Portaria n° 948/2007 entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

e-ISSN: 2318-1540

BRASIL. *Lei no 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. *Decreto n. 7.611*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. *Lei n. 9394*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: nov. de 2018.

BRASIL. *Lei n. 10.690*. Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos. Brasília, 2003.

BRASIL. *Lei n. 11.788*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei n.13.005*. Aprova o *Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun., 2014.

CARDOSO, M. S. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J. M.; STOBAÜS, C. (Org.). *Educação especial:* em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 15-26.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; Groulx, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, 2012, p. 256-316.

CLAYTON, M. *Análise de acessibilidade em escolas públicas no município de passos - MG*. II Simpósio Internacional de Pesquisa em políticas e desenvolvimento social. Passos 2017. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspublicas/iisippedes2016/texto-completo-sippedes-clayton-s-mendes.pdf> Acesso em 20 mai. 2020.

CHAVES. G. *Acessibilidade no ambiente escolar: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN*. Dissertação de Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 2, p. 213-230, 2012. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n2/v18n2a04.pdf> Acesso em 20 mai. 2020.

CORRÊA, P. M. *Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas públicas da educação infantil*. Dissertação da Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em:< https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/correa_pm_me_mar.pdf.>. Acesso em: 25 abr. 2020.

DALLAVALE, A. M. R. *Educação Física e inclusão*: Uma análise das crianças com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino. Dissertação do Programa de Desenvolvimento educacional – PDE, Maringá, 2013. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_edfis_pdp_andrea_mateus_rodrigues_dalavalle.pdf> Acesso em: 20 mai. 2020

DUARTE, E; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: *Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência*: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 2005, v. 3.

FERREIRA, M. de F. M.; VICENTI, T. O Processo de Inclusão do Aluno Deficiente no Ensino Regular Publica na Última Década no Brasil. *Revista Atitude*. Porto Alegre, Ano 2006, n. 19, p. 28-43, jan. / jun. de 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf> Acesso em: 20 mai. 2020.

FIEGENBAUM. Joseane. *Acessibilidade no contexto escolar*: tornando a inclusão possível. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Especial e Processos inclusivos da Faculdade de Educação) Universidade Federa do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33297/00075075.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor de ensino regular***.** Material Didático - Pedagógico apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Paranavaí, 2009. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf> Acesso em 20 abr. 2020.

GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â.M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. 2, p. 337-354, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200011&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GORGATTI, M. G. *Atividades Físicas e esportivas para crianças e adolescentes com deficiência.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GUERREIRO, E.M. B. R. Acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 43, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4415/3816>. Acesso em 20 abr. 2020.

HEIDEMANN, L. A.; OLIVEIRA, A. M. M.; VEIT, E. A. Ferramentas online no ensino de ciências: uma proposta como Google Docs. *Revista Física na escola*, v. 11, n. 2, p. 30-33, 2010. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116446/000792476.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2020

IRACEMA, H. I.; CORDEIRO, A. F. M.; SCHULZE, M. D. Salas de apoio pedagógico na concepção de professoras da sala regular. *Revista Psicologia Teórica e Pratica*, v. 18, n.2, 2016. Disponível em:<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/6499>. Acesso em 17 abr. 2020

LOPES, J. F.; CAPELLINI, V. L. M. F. *Escola Inclusiva:* um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. *Revista Caderno de pesquisa em educação*, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul. /dez,2015. Disponível em:< https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/12832/8891>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidencia cientifica. *Revista Brasileira de fisioterapia*, v.11, n.1, p. 83-89, jan. / fev., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em 8 de abr. 2020.

MAZZARINO, J. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 87-102, jan. / mar. 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a06v33n1.pdf> Acesso em 20 mai. 2020.

MEDEIROS, W. R. S. Capacitação dos professores de Educação Física perante o processo d inclusão de alunos com deficiência física. Trabalho de conclusão de curso de Educação Física, Faculdade de Ciências e Saúde, Centro Universitário de Brasília, 2017. Disponível em: < https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13169/1/21852063.pdf> Acesso em: 25 jun. 2020.

MITTLER, P. *Educação inclusiva*: Contextos sociais. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, M. M. C.; OLIVEIRA, É. C. S. de. Acessibilidade para portadores de Necessidades Especiais (PNE): Uma análise do cenário atual do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Dissertação de trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura e Bacharel em

Ciências Biológicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: < http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/684/1/PDF%20-%20M%C3%A1rcia%20Michele%20Cordeiro%20Neves.pdf> Acesso em: 20 mai. 2020.

OLIVEIRA, E. S.; SILVA, T. P.; PADILHA, M. A. O.; BONFIM, R. da S. Inclusão Social: professores preparados ou não. *Revista Polêmica*, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224.> Acesso em: 25 abr. 2020

REIS SILVA, R. H.; SOUSA, S. B.; VIDAL, M. H. C. Dilemas e Perspectivas da Educação Física, diante do paradigma da inclusão. *Revista Pensar a Prática*, v. 11, n. 2, p. 125 - 135, 15 ago. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1793/4089> Acesso em: 20 mai. 2020.

RIBEIRO, L. O. M. A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: afeto e práticas pedagógicas. Revista Educação, artes e inclusão, v. 13, n.1, p. 08-32, 01 abril, 2017. Disponível em: < http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9287> Acesso em: 25 jun. 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 12, p. 98-120, julho, 2009. Disponível em:< https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0 >. Acesso em: 19 abr. 2020.

SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.* v. 1, n. 12, p. 98-120, julho 2009. Disponível em: < https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf> Acesso em 13 mai. 2020

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 2° Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SOUZA, D. B. *Acessibilidade e inclusão escolar de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

ULIANA, M. R.; MÓL, G. S. O Processo Educacional de estudante com deficiência visual: uma análise dos estudos teses na temática. *Revista Educação Especial*, v.30, n. 57, p. 147-162, jan. /abr., 2017. Disponível em:< https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/20289/pdf.> Acesso em: 17 abr. 2020.